



**Relatório de Auditoria Operacional processo TCE
06265/2018-7 - fls. 80 a 94)**

MUNICÍPIO DE SENADOR SA

| | |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------|
| 8. O sistema de arrecadação utilizado é próprio do município ou terceirizado- [Próprio] | Não |
| 8. O sistema de arrecadação utilizado é próprio do município ou terceirizado- [Terceirizado] | Sim |
| 8.1 Existe em contrato previsão para acesso e disponibilização do banco de dados para o município- | Sim |
| 9. O sistema de arrecadação é integrado- | Sim |
| 10. Há backups periódicos do banco de dados do sistema de arrecadação- | Sim |
| 11. O município possui normatização da estrutura organizacional da Administração Tributária- | Sim |
| 11. O município possui normatização da estrutura organizacional da Administração Tributária- - comment | Lei 100/2017 |
| 12. Com relação à estrutura de pessoal na atividade de arrecadação, responda: [Quantidade de cargos existentes:] | 1 |
| 12. Com relação à estrutura de pessoal na atividade de arrecadação, responda: [Quantidade de cargos preenchidos:] | 1 |
| 13. Existe plano de cargos e salários no âmbito da administração tributária- | Não |
| 13. Existe plano de cargos e salários no âmbito da administração tributária- - comment | |
| 14. Existe previsão de remuneração variável no âmbito da administração tributária- | Não |
| 14. Existe previsão de remuneração variável no âmbito da administração tributária- - comment | |
| 15. Existe plano de capacitação para os integrantes da administração tributária- | Não |
| 16. A legislação tributária consolidada está atualizada nos termos do art. 212 do Código Tributário Nacional- | Sim |
| 17. A legislação tributária vigente está disponível para consulta on line- | Não |
| 17. A legislação tributária vigente está disponível para consulta on line- - comment | |
| 18. O município tem algum convênio com a União para o substituto tributário - ISS- | Não |
| 18. O município tem algum convênio com a União para o substituto tributário - ISS- - comment | |
| 19. A normatização municipal do Imposto sobre Serviço (ISS) está compatível com a Lei Complementar Federal 116/2003- | Sim |

| | |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------|
| 20. Existe alíquota de ISS inferior a 2% sendo cobrada no município- | Não |
| 20. Existe alíquota de ISS inferior a 2% sendo cobrada no município- - comment | |
| 21. A Lei municipal do ISS está disponível para consulta on line- | Não |
| 21. A Lei municipal do ISS está disponível para consulta on line- - comment | |
| 22. Existe rotina de trabalho aplicada à fiscalização de contribuintes com atividades diversas que compartilham o mesmo endereço cadastral- | Não |
| 23. Existe rotina de trabalho para efetuar lançamento do ISS por arbitramento ou estimativa- | Não |
| 23. Existe rotina de trabalho para efetuar lançamento do ISS por arbitramento ou estimativa- - comment | |
| 24. Existe rotina de trabalho no sistema de arrecadação para ISS de serviços tomados pela prefeitura- | Não |
| 24. Existe rotina de trabalho no sistema de arrecadação para ISS de serviços tomados pela prefeitura- - comment | O lançamento é feito via sistema contábil |
| 25. O município institui, arrecada ISS relacionado ao setor bancário ou financeiro- | Sim |
| 25. O município institui, arrecada ISS relacionado ao setor bancário ou financeiro- - comment | |
| 26. Quais as atividades econômicas são responsáveis pelas maiores arrecadações com ISS- | Prestadores de serviço |
| 27. Com relação à Contribuição de Iluminação Pública (CIP), o município identifica e controla todos os contribuintes e os respectivos valores devidos- | Não |
| 27. Com relação à Contribuição de Iluminação Pública (CIP), o município identifica e controla todos os contribuintes e os respectivos valores devidos- - comment | Concessionária arrecada e repassa através de compensação do consumo |
| 28. No município há a cobrança do Imposto sobre Propriedade Territorial Rural (ITR)- Qual o motivo da não cobrança do ITR- | Não Em adequação |
| 29. A legislação do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) está disponível para consulta on line- | Não |
| 29. A legislação do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) está disponível para consulta on line- - comment | em desenvolvimento |
| 30. Há legislação que institui o Plano Diretor- | Município possui menos de 20 mil habitantes |
| 30.1. As revisões estão ocorrendo no prazo legal- | |
| 31. Há Planta Genérica de Valores em vigor e instituída por lei- | Sim |
| 31.1. A Planta Genérica de Valores foi revisada no prazo recomendado- | Sim |
| 32. O município adota alíquotas progressivas de IPTU- | Sim |
| 33. Há lei instituindo obrigação acessória aos titulares de Cartórios de Registro de Imóveis e Distribuidores para informar periodicamente à Prefeitura sobre as transações imobiliárias ocorridas no município- | Não |
| 33. Há lei instituindo obrigação acessória aos titulares de Cartórios de Registro de Imóveis e Distribuidores para informar periodicamente à Prefeitura sobre as transações imobiliárias ocorridas no município- - comment | |

| | |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------|
| 34. Qual a periodicidade da atualização geral do cadastro imobiliário- | Outros |
| 34. Qual a periodicidade da atualização geral do cadastro imobiliário- [Outros] | sendo realizado |
| 35. A legislação do Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis Inter-Vivos (ITBI) está disponível para consulta on line- | Não |
| 35. A legislação do Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis Inter-Vivos (ITBI) está disponível para consulta on line- - comment | site em atualização |
| 36. O município possui profissionais dedicados ao contencioso tributário, administrativo ou judicial- | Sim |
| 36. O município possui profissionais dedicados ao contencioso tributário, administrativo ou judicial- - comment | Setor de tributos, procuradoria e assessoria jurídica |
| 37. A procuradoria municipal auxilia na cobrança da receita- | Sim |
| 37. A procuradoria municipal auxilia na cobrança da receita- - comment | execuções |
| 38. A administração atualiza os dados cadastrais dos contribuintes devedores com as informações colhidas nos processos de execução fiscal- | Não |
| 39. A procuradoria adota procedimentos de qualificação e agrupamento das execuções fiscais a serem propostas- | Não |
| 40. A procuradoria utiliza de ferramentas ou sistemas de controle informatizado de prazos processuais- | Não |
| 41. A procuradoria utiliza de ferramentas ou sistemas de controle informatizado dos parcelamentos concedidos no curso de execuções fiscais- | Não |
| 42. Existe implementada, no município, cobrança administrativa dos créditos tributários inadimplidos, definida como aquela em que ocorre, no mínimo, o envio periódico de notificações aos devedores- | Não |
| 43. O município produz relatórios gerenciais periódicos, comprovando os resultados da cobrança administrativa realizada- | Não |
| 44. A administração inscreve em dívida ativa os créditos inadimplidos de todas as espécies tributárias- | Sim |
| 45. A inscrição em dívida ativa é realizada automaticamente pelo sistema informatizado- | Não |